

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Programa de Integridade	6
5.5 - Alterações significativas	8
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	9

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	10
10.2 - Resultado operacional e financeiro	15
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	18
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	19
10.5 - Políticas contábeis críticas	20
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	21
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	22
10.8 - Plano de Negócios	23
10.9 - Outros fatores com influência relevante	25

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****5. Gerenciamento de riscos e controles internos**

**5.1 em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar: a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamentos de riscos destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política; b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo: i. os riscos para os quais se busca a proteção; ii. Os instrumentos utilizados para proteção; iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos; c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.**

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos aprovada formalmente por um órgão da administração, relativa aos riscos identificados no item 4.1 deste Formulário de Referência. De acordo com o seu Estatuto Social, no qual estão descritas as Competências exclusivas de cada órgão da Administração, entende-se que os riscos aos quais a Companhia esteja sujeita devem ser analisados individualmente e/ou pontualmente pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

Nas informações descritas já no item 4.1 deste Formulário de Referência são apontadas medidas de mitigação de eventuais riscos que possam ser identificados, complementando-se a seguir:

Com relação aos riscos identificados relacionadas à própria Companhia (emissor):

Do ponto de vista dos riscos relacionados ao emissor, no que diz respeito às **relações laborais**, no item 4.1 está detalhada a atual prática adotada pela Diretoria Recursos, que a denomina como uma política de Passivos Trabalhistas. A área é responsável pelo acompanhamento das demandas judiciais trabalhistas e acompanhamento de contingências. A área de Compras da Companhia é responsável pelo acompanhamento das contratações das empresas terceirizadas.

Do ponto de vista dos **passivos judiciais cíveis**, a Diretoria Jurídica mantém práticas de redução dos passivos, buscando a realização de acordos judiciais e extrajudiciais. O Estatuto da Companhia prevê limites de alçada (valores) para a Diretoria, para a realização de acordos, em sua gestão, que resultem em exoneração de obrigações ou transação para pôr fim a litígios.

Do ponto de vista dos **passivos judiciais tributários** a área responsável pelo acompanhamento das demandas e acompanhamento de contingências é a Gerência Fiscal da Companhia.

Do ponto de vista da **regulamentação do setor** e submissão às normas regulatórias, a Companhia mantém setores especificamente voltados para análise e cumprimentos das normas e ao atendimento à fiscalização (regulatórios e ambientais), visando o cumprimento de todas as obrigações e compromissos assumidos no Contrato de Concessão.

Com relação aos riscos identificados relacionadas aos seus clientes, distribuídos entre os **segmentos de mercados**, a Companhia busca diversificar o atendimento aos diversos setores (residencial, industrial, comercial, gás natural veicular e termelétrico), evitando a concentração num determinado segmento, inclusive por meio de investimentos na expansão de redes de distribuição (tubulações). As Diretorias Comercial, de Gestão de Rede e a Área de Serviços a Clientes possuem estruturas específicas para o acompanhamento dos clientes de cada seguimento.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****5. Gerenciamento de riscos e controles internos**

**5.2 em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar: a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamentos de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política; b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo: i. os riscos de mercado para os quais se busca a proteção; ii. A estratégia de proteção patrimonial (hedge); iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge); iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos; v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos; vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado; c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado aprovada formalmente por um órgão da administração, relativa aos riscos identificados no item 4 deste Formulário de Referência. De acordo com o seu Estatuto Social, no qual estão descritas as Competências exclusivas de cada órgão da Administração, entende-se que todos os riscos aos quais a Companhia esteja sujeita devem ser analisados individualmente e/ou pontualmente pelo Conselho de Administração. Assim, as operações financeiras de determinados valores (conforme piso fixado no próprio Estatuto Social) a serem contratadas pela Companhia devem ser previamente e individualmente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, de acordo com as regras previstas no Estatuto Social.

Assim, a Companhia adota e mantém uma gestão de risco financeiro que é entendida como uma orientação à Diretoria, a qual adota um programa de gestão de riscos, que se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Conforme descrito no item 4 deste Formulário de Referência, as atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros, quais sejam: (a) risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço); (b) risco de crédito e (c) risco de liquidez.

Assim, a gestão de risco é realizada pela Diretoria Econômico Financeira e de RI, que identifica, avalia e aplica práticas de proteção contra eventuais riscos financeiros, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa, quando for o caso.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição possa estar atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão quinzenal tarifária efetuada.

Para gerenciamento de risco de variação cambial, a Companhia tem como estratégia a obrigatoriedade de que 100% dos empréstimos e financiamentos (que vierem a ser feitos) indexados a uma moeda estrangeira possuam também, um instrumento financeiro de troca de moeda (swap de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pode contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial. Atualmente a Companhia não possui nenhum empréstimo ou financiamento contratado em moeda estrangeira.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas. Nos últimos três exercícios não foi contratado nenhum derivativo com a finalidade de proteção à exposição dessas taxas de juros e risco cambial.

Em razão deste monitoramento, a Companhia divulgou em suas Demonstrações Financeiras anuais uma análise de sensibilidade à variação das taxas do CDI, apontada também no item 4 deste Formulário de Referência.

A Companhia mantém, ainda, em sua estrutura operacional, uma área operacional de Controles Internos, embora não possua uma política formalmente aprovada nos termos como descrito neste item.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****5. Gerenciamento de riscos e controles internos****5.3 Em relação aos controles adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:**

- a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.**

A administração da Companhia é responsável pelo planejamento, pela implantação e pela operação dos sistemas contábil e de controles internos. No cumprimento dessa responsabilidade, ela faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno.

O objetivo do sistema de controle interno contábil é proporcionar à administração uma base para que esta possa assegurar-se de que os ativos estão salvaguardados contra perdas e de que as transações vêm sendo efetuadas mediante autorização, bem como registradas adequadamente para permitir a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A companhia entende que o grau de eficiência é satisfatório tendo em vista os sistemas de controles internos e a existência de uma área específica responsável dentro da Companhia.

- b. as estruturas organizacionais envolvidas**

A Companhia possui uma área responsável pelo desenvolvimento e aplicação das condutas relacionadas aos controles internos, a qual é responsável pelo relacionamento com o auditor independente, para o acompanhamento das recomendações e para o aprimoramento dos controles internos.

- c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A eficiência dos controles internos é acompanhada pela Diretoria Econômico Financeira e de Relações com Investidores que pode realizar reuniões com as diversas áreas envolvidas na Companhia.

O Conselho Fiscal da companhia também acompanha a identificação das recomendações e o aprimoramento dos controles internos da Companhia em suas reuniões e cobra efetividade na implementação de medidas capazes de atenderem as recomendações apontadas pelo auditor externo.

- d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente;**

Em conexão com o exame das Demonstrações Financeiras da companhia, conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, os auditores independentes procedem ao estudo e à avaliação dos sistemas contábil e de controles internos visando estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão necessárias para a aplicação dos procedimentos de auditoria, a fim de emitir a sua opinião sobre as referidas demonstrações financeiras. Embora não expressem uma opinião ou conclusão sobre os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, apresentam recomendações para o aprimoramento desses sistemas resultantes das constatações feitas no decorrer de seus trabalhos de auditoria.

A Administração da companhia, por meio de suas áreas de auditoria interna e de controles internos, observa as recomendações, no sentido de atender aos pontos com os quais concorde, eventualmente implementando ações que visem o atendimento, bem como, numa análise detalhada, justifica eventual entendimento divergente. As recomendações versaram sobre o aprimoramento dos procedimentos contábeis e controles internos relacionados; dos sistemas informatizados e dos procedimentos fiscais e controles internos relacionados (riscos gerais).

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

No Relatório de Recomendações para o aprimoramento dos controles internos, elaborado pelo auditor externo Ernst & Young Auditores Independentes S/S, em conexão com o exame das demonstrações financeiras referente ao exercício findo:

**Em 31.12.2018**, não foram apontadas deficiências de controles, somente 21 pontos de melhoria.

**Em 31.12.2019**, foram apontadas apenas 02 deficiências de controles e 16 pontos de melhoria, observando-se, por tanto, uma redução com relação aos pontos de melhoria levantados frente ao ano anterior.

**Em 31.12.2020**, foram apontadas 04 deficiências de controles, 07 pontos de melhoria e 01 pontos de atenção.

**e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

No Relatório de Recomendações para o aprimoramento de Controles Internos emitido pelo auditor referente ao exercício findo em 31.12.2020 foram apontadas as seguintes deficiências de controles, relativas a aspectos relacionados à avaliação de sistemas, comentadas em seguida pela Administração da Companhia:

- **Ausência de segregação de funções no processo de desenvolvimento / transporte de mudanças (Deficiência de controle)**

Identificamos que os sistemas CI e SGC, em virtude de serem mainframes, possuem a atribuição de desenvolvedores / transportadores através de associações de grupos dentro dos sistemas. Identificamos que o grupo responsável pelo acesso de desenvolvimento pode, também, realizar o transporte de mudanças para o ambiente de produção.

A existência de função conflitante em um mesmo processo possibilita que o mesmo possa ser realizado de forma incompleta ou insegura. No caso de profissionais com acessos simultâneos para desenvolver e para transportar mudanças para o ambiente de produção, permite ao profissional concluir o processo sem existir, necessariamente, um registro das devidas etapas de homologação e aprovação. Portanto, acessos conflitantes possibilitam que possam ocorrer transportes de mudanças indevidas ao ambiente de produção.

A existência de função conflitante em um mesmo processo possibilita que o mesmo possa ser realizado de forma incompleta ou insegura. No caso de profissionais com acessos simultâneos para desenvolver e para transportar mudanças para o ambiente de produção, permite ao profissional concluir o processo sem existir, necessariamente, um registro das devidas etapas de homologação e aprovação. Portanto, acessos conflitantes possibilitam que possam ocorrer transportes de mudanças indevidas ao ambiente de produção.

**Comentários da Administração**

A segregação foi realizada, com a identificação das funções devidas para cada usuário, cargo e área em conjunto com a auditoria interna. A partir da identificação, foram feitos os ajustes necessários em abril de 2021, com a retirada dos acessos indevidos, garantindo assim, a eficiência de controle de cada processo, já que apenas os usuários autorizados podem realizar qualquer alteração ou consulta nos dados identificados como restritos a cada área.

- **Profissionais desligados com o acesso ativo ao sistema SIEBEL (Deficiência de controle)**

Ao decorrer de nossa análise dos usuários ativos do sistema SIEBEL, identificamos usuários relacionados a profissionais já desligados na companhia como ativos dentro do sistema. Com isto, indagamos a administração e, dentre os acessos identificados, dois usuários acessaram o sistema após o desligamento.

Acessos ativos, pertencentes a profissionais já desligados, podem resultar em acessos indevidos dentro do sistema, podendo ser difícil realizar o track back a fim de verificar o profissional responsável por tal ação.

**Recomendamos** que acessos pertencentes a profissionais desligados sejam revogados tempestivamente, sejam eles referentes a profissionais da companhia ou profissionais terceiros. No caso de implementação de um controle periódico, recomendamos que o controle seja executado, minimamente, toda semana e que, caso acessos desligados sejam identificados, que seja realizado uma análise de possíveis acessos sistêmicos após o desligamento do profissional para identificar se acessos críticos foram realizados nos sistemas.

**Comentários da Administração**

Todos os acessos com o apontamento já foram removidos em abril de 21. Importante ressaltar que existe um controle feito pelo SAP e AD (Active Directory), que remove os usuários que saem da empresa, o seja: mesmo com um usuário ativo no Siebel, ele só poderá acessar o sistema se estiver dentro da rede da Naturgy. É um risco bastante reduzido. De qualquer forma, estamos trabalhando em estabelecer um processo de revisão periódica (mensal e anual) dos acessos que irá garantir este controle até o final do ano.

- **Inexistência de revisão periódica de acessos de usuários ativos / Inexistência de revisão de acessos de profissionais transferidos na empresa (Deficiência de controle)**

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Não identificamos procedimentos formais de revisão dos acessos pertencentes aos usuários ativos nos sistemas escopo (CI, SGC, SIGS e SIEBEL) ou um procedimento formal de revalidação dos acessos de usuários pertencentes a profissionais transferidos na empresa.

A não revisão / revalidação de acessos dos usuários ativos no sistema, sejam eles de profissionais transferidos na companhia ou não, pode gerar um acúmulo de funções sistêmicas, vindo a impactar em problemas de segregações de funções internas às funcionalidades sistêmicas.

**Recomendamos** que sejam implementados controles de revisão de usuários periódicos ou controles compensatórios relacionados ao possível acúmulo de funções sistêmicas, para atualização dos acessos de usuários ativos e preservação da segurança do ambiente.

### **Comentários da Administração**

Importante ressaltar que existe um controle automático feito pelo SAP e AD (Active Directory), que remove os usuários que saem da empresa e que remove automaticamente o acesso a nossa rede nos casos de usuários que saem da empresa. Estamos trabalhando em estabelecer um processo de revisão periódica (mensal e anual) dos acessos que irá garantir este controle até o final do ano.

- **Inexistência de parâmetros de segurança para configurações de senha do sistema SIEBEL** (Deficiência de controle)  
Não identificamos nenhum tipo de critério parametrizado que configure a obrigatoriedade de atender aos critérios mínimos de segurança dentro no sistema SIEBEL.

A ausência de configuração da obrigatoriedade de parametrização de senha, seguindo as recomendações de segurança mínimo, representa uma alta possibilidade de comprometer a integridade dos dados suportados por esse sistema, devido ao risco de acessos indevidos aos usuários ativos, além da disponibilidade de dados sensíveis.

### **Comentários da Administração**

Lembramos que para poder acessar o sistema Siebel, é necessário o acesso a rede da Naturgy que possui este controle (todos mencionados na tabela acima). Sem estar na rede da Naturgy, nenhum usuário consegue acessar o Siebel. Além disso estamos implementando até agosto 2021 o fator de dupla autenticação (MFA) no acesso a nossa rede, que irá aumentar ainda mais a segurança. O Sistema Siebel foi descontinuado pela Oracle, e não possui requerimentos técnicos para atender esta solicitação. Estaremos estudando possíveis soluções para estabelecer controles secundários, e verificaremos até o final de 2021 sistemas que possam substituir o Siebel.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 5. Fatores de risco

**5.4 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:**

**a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo: i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas; ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes; iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**
- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;**
- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;**
- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado;**

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela CEG são: Modelo de Prevenção Penal; Código Ético; Política Anticorrupção e Procedimento de Due Diligence de Contraparte. Os riscos são reavaliados anualmente.

O Programa de Integridade é de responsabilidade colegiada entre Auditoria Interna e Compliance, Jurídico e Economico Financeiro. O responsável pelo Programa de Integridade da Companhia reporta à Diretoria Executiva da Companhia. Sua criação foi aprovada em reunião de Diretoria da sociedade. A Diretoria Executiva adota as medidas necessárias para o desenvolvimento e implantação do modelo de organização e gestão para prevenção de delitos.

O programa se aplica a todos os colaboradores da Companhia, de todos os níveis hierárquicos, incluindo-se a sua administração, o que engloba a Diretoria e o Conselho de Administração e, também o Conselho Fiscal.

São realizados treinamentos sobre tais mecanismos a cada 02 (dois) anos para todos os colaboradores da Companhia, de todos os níveis hierárquicos.

O Grupo Gas Natural Fenosa, controlador e Operador técnico da Companhia estabeleceu um regime sancionador, mediante a remissão da norma legal aplicável reconhecida na Consolidação de Leis Trabalhistas do Brasil, que se aplica a todos os empregados e colaboradores.

O Código ético é divulgado na página de internet da CEG no link

<https://www.gasnaturalfenosa.com.br/br/conhecamos/a+companhia/reputacao+corporativa/1297266730757/codigo+etico.html>

A Integridade é também um dos sete componentes que compõem as regras de Responsabilidade Corporativa adotadas pela CEG. A Política de Responsabilidade Corporativa do Grupo Gás Natural Fenosa é divulgada no site da CEG no link

<https://www.gasnaturalfenosa.com.br/br/conhecamos/a+companhia/reputacao+corporativa/1297092022289/politica+de+responsabilidade+corporativa.html>

**b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros/**

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade**

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;**
- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé;**
- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.**

A Companhia possui um canal de denúncia com mecanismo de anonimato e preservação do denunciante de boa-fé, o qual é interno, não estando a cargo de terceiros e, que é aberto para o recebimento de denúncias de terceiros (que não sejam colaboradores ou empregados da Companhia).

A Companhia possui uma comissão do Código Ético responsável pela apuração das denúncias recebidas através do canal de denúncias.

- c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas;**

Sim, tais procedimentos são adotados pelo Grupo controlador da CEG e pela Companhia.

- d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Tendo em vista que a Companhia possui tais regras, este item não é a ela aplicável.



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

**5.5. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.**

Não houve, em 2019, alteração significativa na exposição dos riscos aos quais a Companhia está exposta, descritos nas suas Demonstrações Financeiras e no item 4.1 deste Formulário de Referência. Assim, com relação aos riscos ordinários aos quais a Companhia está exposta, não há expectativa de redução ou aumento de sua exposição.

Conforme divulgado nas Informações Trimestrais – ITR do 1º Trimestre de 2020, tendo em conta o cenário de crise decorrente da pandemia pela Covid-19: com base nos fatos e circunstâncias existentes até aquele momento, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e esteve convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020: a Companhia revisou suas análises e projeções, de forma a identificar possíveis impactos do Covid-19 para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, incluindo mas não se limitando à: i) desempenho da demanda de gás; ii) impactos nos indicadores de perdas, arrecadação e inadimplência; iii) variação dos indicadores macroeconômicos; iv) fluxo de caixa no curto e médio prazo e v) redução do valor recuperável de ativos não financeiros. Com relação ao período analisado, o principal impacto observado, até 31 de dezembro de 2020, foi a redução na taxa de arrecadação do período, quando comparado ao mesmo período de 2019. Como medida a Companhia realizou uma provisão complementar da inadimplência.

A Administração entende que as medidas adotadas garantem a continuidade da operação, permitindo a Companhia manter o compromisso de fornecer gás natural de forma segura e contínua a todos, com qualidade de atendimento e preservando a saúde de colaboradores e clientes.

Dentre as medidas adotadas pela Companhia, podemos destacar a criação do Comitê de Crise, que se reúne diariamente tendo em sua composição a integralidade do seu quadro diretivo. A proposta do Comitê é acompanhar em tempo real os principais indicadores (qualitativo e quantitativo) da Companhia possibilitando, se necessária, uma reformulação nas medidas adotadas.

Medidas adicionais, em relação à saúde e segurança dos colaboradores e seus familiares; de seus clientes e ao seu atendimento; à garantia da prestação do serviço com qualidade e segurança, e em apoio à sociedade foram divulgadas no Relatório Anual da Administração disponível no site de RI da Companhia em:

<https://www.naturgy.com.br/br/distribuidoras+de+gas+rio+de+janeiro/relacao+com+investidores+cegr3/informacoes+economicas/1297092081265/informes+anuais.html>

Conforme item 3.3 deste Formulário de Referência, foi divulgado evento subsequente nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o qual consta na Nota Explicativa nº 30, relativo ao julgamento do processo da 4ª. Revisão Quinquenal de Tarifas. O referido processo se encontra suspenso, conforme avisos de Fatos Relevantes divulgados ao mercado e comentados no item 5.6 a seguir deste documento.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando, permitindo-lhe manter o compromisso de fornecer gás natural de forma segura e contínua, com qualidade de atendimento e preservando a saúde de colaboradores e clientes.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****5. Gerenciamento de riscos e controles internos****5.6 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.**

Não há outras informações relevantes sobre os controles internos da Companhia.

A Companhia informou, por meio de divulgação de Fato Relevante, em 26/03/2021, que a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA, responsável, dentre outros pela fiscalização e regulação do serviço de distribuição de gás canalizado na área de Concessão da CEG, publicou no dia 24 de março de 2021, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - DOERJ, o resultado da sessão regulatória, ocorrida em 10.03.2021, referente a 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas, relativa ao período 2018-2022, indicando decisão tomada por maioria de Conselho Diretor da referida Autarquia para a redução de 13,47% nas margens de distribuição da Companhia. Da referida Deliberação, uma vez publicada, ainda cabe a interposição de recursos na esfera administrativa tanto por parte da Companhia como de outros interessados.

Todas as demais definições e regras relativas à 4ª Revisão Quinquenal Tarifária da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, com nome fantasia Naturgy, estão disponíveis no site da AGENERSA <http://www.agenersa.rj.gov.br>

Em 26 de março de 2021, a Companhia recebeu o Ofício AGENERSA/SECEX SEI N°316, comunicando à Companhia sobre a decisão do Conselho Diretor da Agência Reguladora de suspender os efeitos e prazos processuais da Deliberação AGENERSA N° 4.198/2021 referente à 4ª Revisão Tarifária Quinquenal da Concessionária. A decisão informada à Companhia ainda será publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - DOERJ. Tal fato foi novamente divulgado através de Fato Relevante.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****10. Comentários dos diretores****10.1 Os diretores devem comentar sobre:****a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

**Em 2018**, foi possível observar uma recuperação da economia, embora ainda lenta, com um aumento de 1,1% do PIB frente a 2017, e um índice de desemprego ainda elevado, em 12,3% ao final de 2018. Nova redução da taxa básica de juros SELIC, de 7% para 6,5% no ano, representa novo recorde, atingindo o menor nível histórico. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice oficial que mede a inflação no país, sofreu um pequeno aumento frente a 2017 fechando em 3,75%, porém dentro da meta do Governo.

Apesar de controlada, a inflação foi impactada pela disparada dos preços dos combustíveis e custo dos transportes, fatos que culminaram na greve dos caminhoneiros, que durou 11 dias, no final de maio de 2018, paralisou o país e resultou no desabastecimento de alimentos, elevando os preços também de diversos itens de hortifrúti, afetando a produção, o consumo e assim o PIB de 2018. O dólar atingiu altas históricas ao longo do ano, mas fechou cotado a R\$ 3,90. Em um contexto otimista do mercado, o Ibovespa fechou o ano com alta de 15%, cotado a 87.887,26 pontos.

No setor de óleo e gás, a produção total de petróleo no país informada no Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural, emitido pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), em dezembro de 2018, foi de 944,1 milhões de barris, com média diária de 2.586 Mbbl/d, apresentando uma redução de 1% em relação a produção de petróleo realizada em 2017. Já a produção de gás natural, em 2018, correspondeu a 40,8 bilhões de m<sup>3</sup>, com média diária de 111 MMm<sup>3</sup>/d. Neste caso, apresentando um aumento de 1% em relação a 2017. De acordo com a Abegás (Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado), o volume total de gás natural consumido no país em 2018, com média de 64 milhões de m<sup>3</sup>/dia, foi 2,8% inferior ao volume consumido em 2017. Essa redução foi impactada pelo menor consumo das termelétricas (menos 11,4% frente a 2017), especialmente a partir de outubro de 2018, após a decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) de desligar as termelétricas despachadas fora da ordem de mérito.

Em todo o país, todos os demais segmentos consumiram volumes de gás acima do registrado em 2017. A indústria registrou um crescimento de 4,3% no consumo nacional frente a 2017, apontando para uma recuperação do setor. O consumo de gás natural veicular (GNV) apresentou aumento de 12,25% em 2018, favorecido pelo aumento frequente dos valores dos outros combustíveis e pela greve dos caminhoneiros, que causou escassez dos demais combustíveis e acabou por favorecer o aumento de conversões de veículos para o gás natural e, conseqüentemente, o aumento das vendas do setor. No comércio, o consumo nacional teve uma alta de 7,94%. O desempenho do consumo de gás residencial mostra um incremento de 7,05% e na cogeração de energia o aumento correspondeu a 7,28% frente a 2017.

**Em 2019**, o Produto Interno Bruto – PIB cresceu 1,1% em 2019. O índice se manteve estável com relação a 2018 frustrando o crescimento esperado para o ano. Isso demonstra uma recuperação da economia, ainda em ritmo lento. A taxa de desemprego caiu de 12,3%, em 2018, para 11,9%, em 2019 (variação de apenas -0,4%), o que contribui para a lenta recuperação da economia. A taxa básica de juros SELIC fechou o ano de 2019 em 4,5%, atingindo nova mínima histórica. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice oficial que mede a inflação no país, sofreu discreto aumento passando de 3,75%, em 2018, para 4,31%, em 2019. Superou a meta (4,25%) do Governo, contudo ficou dentro do limite previsto pelo Conselho Monetário Nacional (entre 2,75% e 5,75%). O dólar acumulou alta de 3,5% em 2019 fechando o ano cotado a R\$ 4,0098. A guerra comercial entre Estados Unidos e China, o cenário político na América do Sul, a queda da taxa SELIC, além das dificuldades de articulação política entre os poderes Executivo e Legislativo, foram fatores que impactaram a cotação da moeda.

No setor de óleo e gás, a produção total de petróleo no país - informada no Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural, emitido pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) - foi de 1,299 bilhão de barris em dezembro de 2019, com média diária de 2,787 Mbbl/d, resultando num acréscimo de 7,78% em relação à produção de 2018. Já a produção de gás natural, correspondeu a 122,53 MMm<sup>3</sup>/d registrando um aumento de 9,46% em relação a 2018. De acordo com a Abegás (Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado), o volume médio total de gás natural consumido no país em 2019 foi 0,97% superior ao volume consumido em 2018, mantendo-se estável. A média de consumo no país foi de 64,626 milhões de m<sup>3</sup>/dia frente a 64,007 milhões de m<sup>3</sup>/dia, em 2018. O consumo das termelétricas, ainda segundo a Abegás, subiu 3,25% no ano, alcançando 23,89 milhões de m<sup>3</sup>/d. Já as vendas para o segmento industrial se mantiveram estáveis com ligeira queda de 0,96%, para 27,97 milhões de m<sup>3</sup>/d. O consumo do mercado convencional chegou a 40,72

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

milhões de m³/d em 2019, apenas 0,3% abaixo dos 40,86 milhões de m³/d de 2018. O destaque positivo foi o crescimento das vendas para o mercado de GNV, com aumento de 3,24%, alcançando 6,056 milhões de m³/d em 2019.

**Em 2020**, o ano iniciou com atmosfera positiva, motivada pela expectativa de recuperação econômica, fundamentada na conclusão da reforma previdenciária em 2019 e no andamento da reforma tributária. Contudo, já no final do primeiro trimestre, o reconhecimento da pandemia causada pelo Coronavírus e as medidas adotadas para a contenção do contágio da doença mudaram os rumos da economia e gestão da saúde, não só no Brasil, mas em todo o mundo. O cenário mudou drasticamente para um clima de incertezas, trazidas pelo desconhecimento da doença, seus efeitos, forma de tratamento e busca por uma vacina. Os perfis de consumo, de trabalho e de prestação de serviço foram adaptados ao necessário isolamento social adotado para frear o avanço da doença e impedir o colapso dos hospitais. Somente após cerca de 8 a 10 meses as atividades econômicas, especialmente comércio e serviços, tiveram retorno gradativo com a reabertura dos estabelecimentos, determinada por planos definidos pelos governos estaduais.

Em março, o Ibovespa despencou sofrendo uma desvalorização de cerca de 45%, chegando a cerca de 60 mil pontos. Nos meses seguintes, após pacote de medidas adotadas pelo Governo Federal, incluindo benefícios sociais, o Ibovespa apresentou recuperação, voltando a cair entre agosto e outubro. A recuperação só veio em novembro, mas com força total, especialmente após as notícias sobre o avanço do desenvolvimento de vacinas e eleição de Joe Biden à presidência dos Estados Unidos. Em meados de dezembro, o índice já havia retornado aos patamares pré-crise (média de 115 mil pontos) recuperando todas as perdas do ano. O Ibovespa fechou 2020 em 119.017 pontos. A valorização no ano foi de 2,92%. O Produto Interno Bruto – PIB sofreu uma retração de - 4,1% em 2020, após ter apresentado aumento de 1,1% em 2019. Essa redução em 2020 ficou um pouco abaixo da expectativa do Governo (- 4,7%) e contrariou a expectativa do mercado financeiro (- 6,1%), diante da crise econômica e sanitária causada pela Covid-19. A taxa média anual de desemprego, por sua vez, subiu de 11,9%, em 2019, para 13,5%, em 2020, obviamente impactada pelas medidas de isolamento necessárias, adotadas no decorrer da pandemia. Assim, os setores mais afetados foram os de serviços e comércio, com o fechamento de estabelecimentos e até o encerramento de atividades que não conseguiram se manter. A taxa básica de juros SELIC fechou o ano de 2020 em 2,00%, atingindo mais uma nova mínima histórica. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice oficial que mede a inflação no país, teve um aumento de 4,31%, em 2019 para 4,52%. Superou o centro da meta (4,0%) do Governo, contudo ficou dentro do limite previsto pelo Conselho Monetário Nacional (entre 2,5% e 5,5%). O dólar acumulou alta de 29,33% em 2020 fechando o ano cotado a R\$ 5,1967. A queda da taxa SELIC, os impactos da pandemia pela Covid-19 na atividade econômica, inclusive com redução de investimentos estrangeiros, além das dificuldades de articulação política entre os poderes Executivo e Legislativo, foram fatores que impactaram a cotação da moeda.

No setor de óleo e gás, a produção total de petróleo no país - conforme o Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural, emitido pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) - foi de 2,94 MMbbl/d (milhões de barris por dia), resultando num aumento de 5,55% em relação à produção de 2019. A produção de gás natural, alcançou uma média de 127 MMm³/d (milhões de m³ por dia), registrando um crescimento de 4,1% frente ao ano anterior. A produção total acumulada de petróleo foi 1,073 bilhão de barris de petróleo e 46,5 bilhões de metros cúbicos de gás natural, totalizando uma produção de 1,365 bilhão de barris de óleo equivalente. A maior parte da produção foi proveniente dos campos do pré-sal que representa em média 68,6% da produção nacional, em barris de óleo equivalente. Já a produção do pós-sal e terrestre representam em média 25,4% e 6%, respectivamente, do total produzido no país também em barris de óleo equivalente. Em 2020, o Estado do Rio de Janeiro ampliou a sua participação na produção nacional de petróleo em 9,1 pontos percentuais em relação à 2019. De acordo com a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), o volume médio total de gás natural consumido no país em 2020 foi -8,66%, inferior ao volume consumido em 2019. A média de consumo no país foi de 59,030 milhões de m³/dia, frente a 64,626 milhões de m³/dia, em 2019. O consumo do mercado convencional (indústria, GNV, residencial e comercial), foi impactado pela pandemia em todos os segmentos, exceto no residencial, chegando a um total de 32,82 milhões de m³/dia em 2020. Assim ficou -9,84% abaixo dos 36,40 milhões de m³/dia consumidor em 2019. Na variação por segmento, observa-se uma redução do consumo de gás em -8,45% pela indústria; -17,7% no GNV; um aumento de +9,55% de consumo pelas residências e uma redução significativa de -25,84% no mercado comercial. Já o consumo das termelétricas sofreu uma redução de 6,31% frente a 2019, somando um total de 22,39 milhões de m³/dia em 2020.

**b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

- (i) hipóteses de resgate;**
- (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate**

Em 2020 não houve alteração no quadro societário da Companhia. Em 31 de dezembro o capital social era representado por 259.637.732 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme quadro abaixo:

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>Acionistas</b>	<b>Participação no capital social (%)</b>
Gas Natural Internacional SDG S.A	54,16
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	34,56
Fundo em Investimento em ações Dinâmica Energia	8,78
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26
Demais acionistas	0,23
Ações em tesouraria	0,0047
<b>Total</b>	<b>100</b>

Não foram emitidas ações nos últimos três exercícios sociais, sendo mantida a mesma configuração acionária (mesmos acionistas), e mesma quantidade de ações que integram o capital social.

Em julho de 2018 o então denominado Grupo Gas Natural Fenosa, controlador e operador técnico desta empresa, modificou sua marca passando a ser denominado Naturgy. Em continuação a essa mudança, em dezembro de 2018, todas as empresas operadas e controladas pelo Grupo no Brasil também passaram a incorporar a nova marca em sua identidade visual, porém sem alteração da razão social. A nova marca e identidade visual da CEG não decorrem e nem resultam em mudança do seu controle acionário, nem em qualquer alteração de sua composição acionária ou de sua administração. A mudança de marca foi precedida de comunicação à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – Agerensa e, desde o seu lançamento, passou a ser divulgada amplamente, a fim de informar não apenas ao mercado, aos acionistas e investidores da empresa, mas também a todos os seus clientes, prestadores de serviços e parceiros comerciais.

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas. Por uma determinação judicial a companhia efetuou a recompra de ações de um acionista, que são mantidas em tesouraria.

**c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

As necessidades de caixa são supridas e administradas com empréstimos e financiamentos principalmente de médio e longo prazo com entidades financeiras. Os compromissos financeiros assumidos em relação a essas operações de empréstimos e financiamentos são cobertos parte pela geração de caixa da Companhia e parte por novos financiamentos contratados, em substituição as operações de empréstimos e financiamentos que vencem.

O endividamento da empresa em 2018 era de 41%; em 2019 passou para 52% e em 2020 passou para 50%. Ao longo de 2020, a empresa manteve a estrutura de financiamentos necessários à realização dos seus investimentos e cumprimento de suas obrigações. Apesar do cenário adverso atravessado no ano, impactado pelos efeitos da pandemia, a Companhia adotou medidas conservadoras visando a proteção do caixa, com a captação de recursos e a renovação de linhas de crédito que tinham vencimento no curso de 2020. Neste sentido, a Companhia não enfrentou dificuldades em função de sua solidez e da boa classificação de risco avaliada pelo mercado.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital nos patamares que a administração julga adequados, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos.

A Companhia vem acompanhando a evolução da pandemia pelo Coronavírus (Covid-19). Nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, destacou que revisou suas análises e projeções, de forma a identificar possíveis impactos do Covid-19 para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, incluindo mas não se limitando à: i) desempenho da demanda de gás, ii) impactos nos indicadores de perdas, arrecadação e inadimplência; iii) variação dos indicadores macroeconômicos; iv) fluxo de caixa no curto e médio prazo e v) redução do valor recuperável de ativos não financeiros. Com relação ao período analisado, o principal impacto observado, até 31 de dezembro de 2020, foi a redução na taxa de arrecadação do período, quando comparado ao mesmo período de 2019. Como medida a Companhia realizou uma provisão complementar da inadimplência.

A Administração entende que as medidas adotadas garantem a continuidade da operação, permitindo a Companhia manter o compromisso de fornecer gás natural de forma segura e contínua a todos, com qualidade de atendimento e preservando a saúde de colaboradores e clientes.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

**Capital de giro:** Operações de linha de crédito servem para financiamento de capital de giro sendo renegociadas durante o ano e não tem garantias oferecidas e cláusulas de *covenants*. A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas que são revisadas em diferentes datas durante o ano.

**e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

As necessidades de caixa são supridas e administradas com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras. A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinarçar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto as instituições bancárias.

	2020	2019
<b>Empréstimos e financiamentos</b>		
Linhas de crédito	<b>1.175.140</b>	999.618
	<b>1.175.140</b>	999.618
<b>Total do passivo</b>		
Circulante	<b>415.629</b>	101.395
Não circulante	<b>759.511</b>	898.223
	<b>1.175.140</b>	999.618

**f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:****i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização nas operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada (em milhares de reais): FN(\*) Financiamento; LC(\*) Linha de Crédito.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada (em milhares de reais):

	Indexadores	Data da Operação	Vencimento	Lc (*)	31/12/2020		31/12/2019	
					Curto Prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo Prazo
Banco Bradesco S.A.	CDI							
	+1,2503%	05/09/2018	20/05/2021	100%	<b>51.037</b>	-	2.163	50.000
	CDI+1,2503%	05/10/2018	03/06/2022	100%	<b>3.055</b>	<b>160.000</b>	6.430	160.000
	CDI+1,20%	18/03/2019	19/08/2022	100%	<b>2.824</b>	<b>100.000</b>	5.623	100.000
	CDI+1,20%	03/05/2018	16/04/2021	100%	<b>51.217</b>	-	2.459	50.000
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.	On							
	CDI+1,20%	Demand	On Demand	100%	-	-	6.685	-
	CDI+4,95%	13/04/2020	08/04/2021	100%	(a) <b>31.577</b>	-	-	-
Banco Santander S.A.	CDI+1,15%	07/08/2019	07/08/2023	100%	<b>1.812</b>	<b>150.000</b>	3.874	150.000
	CDI+0,95%	14/11/2019	14/11/2022	100%	<b>358</b>	<b>99.319</b>	120	98.749
	CDI+4,81%	24/03/2020	24/03/2021	100%	(a) <b>36.968</b>	-	-	-
ING Bank	On							
	CDI+0,95%	Demand	On Demand	100%	-	-	29.173	-
	CDI+4,80%	07/04/2020	06/04/2021	100%	(a) <b>24.324</b>	-	-	-
Banco Intesa San Paolo	CDI+1,30%	15/06/2018	15/06/2021	100%	<b>50.906</b>	-	1.886	50.000
	CDI+3,90%	20/04/2020	15/04/2021	100%	<b>31.289</b>	-	-	-
	CDI+2,75%	08/07/2020	08/07/2022	100%	(b) <b>908</b>	<b>40.000</b>	41.864	-
Banco Itaú	CDI+1,20%	19/09/2019	19/09/2022	100%	<b>386</b>	<b>44.800</b>	126	106.000
	CDI+0,95%	14/11/2019	14/11/2022	100%	<b>379</b>	<b>105.392</b>	779	43.474
	CDI+3,05%	23/03/2020	23/03/2021	100%	(a) <b>46.774</b>	-	-	-
Banco Scotiabank	CDI+3,95%	06/04/2020	06/04/2021	100%	(a) <b>51.670</b>	-	-	-
	CDI+1,05%	11/12/2019	12/01/2023	100%	<b>119</b>	<b>60.000</b>	166	60.000
	CDI+1,25%	18/06/2018	21/06/2021	100%	<b>30.026</b>	-	47	30.000

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>415.629</b>	<b>759.511</b>	101.395	898.223
----------------	----------------	---------	---------

- (a) Novas operações realizadas durante o exercício de 2020.  
 (b) Operações repactuadas durante o exercício de 2020.  
 (\*) Lc - Linha de crédito.

**ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	2020	2019
2021	-	180.000
2022	549.511	508.223
2023	210.000	210.000
	<b>759.511</b>	<b>898.223</b>

**iii. grau de subordinação entre as dívidas**

Vide ordem apontada no item (f.i) acima.

**iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

Não há limitações para o nível de endividamento da companhia, para distribuição de dividendos, para alienação de ativos, emissão de valores mobiliários ou alienação do controle societário, seja em estatuto ou em acordos de acionistas. Contudo há as seguintes regras:

- A assunção de obrigações que envolvam valores acima de R\$ 16,1 Milhões depende de autorização do Conselho de Administração (valores abaixo desse limite dependem da representação da Companhia por dois Diretores);
- Os dividendos devem ser fixados em no mínimo 25% do lucro líquido do exercício (após dedução do IR e prejuízos acumulados), sem limitação de valor máximo;
- A alienação de bens do ativo permanente depende de aprovação do Conselho de Administração;
- A emissão de valores mobiliários depende de aprovação da Assembleia de Acionistas, que pode delegar tal competência ao Conselho (sobretudo a emissão de debêntures);
- A alienação do controle societário depende da autorização do poder concedente.

**g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Não há contratação de financiamentos com limite de utilização.

**h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Conta de Resultados (R\$ mil)	2020	2019	Variação (R\$)	Variação (%)
Receita líquida das vendas e serviços	3.184.991	4.631.112	-1.446.121	-31,23%
Lucro bruto	1.045.847	1.068.546	-22.699	-2,12%
Lajida (Ebitda)	750.778	730.418	20.360	2,79%
Lucro operacional	611.788	597.924	13.864	2,32%
Lucro líquido do exercício	352.075	372.918	-20.843	-5,59%
Margem Bruta	32,84%	23,07%		

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****10. Comentários dos diretores****10.2 Os diretores devem comentar:****a. Resultados das operações do emissor, em especial:****i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita:**

As receitas são compostas, sobretudo, pela margem das vendas de gás, cujo custo de aquisição para distribuição é fixado por meio de contrato de longo prazo de suprimento de gás firmado com a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás.

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS para uso convencional ("CONTRATO"), assinado em 18 de julho de 2008. Em 01 de junho de 2017 foi firmado o aditivo nº 12 ao contrato vigente de fornecimento de gás com a Petrobras, com prazo de vigência até 31/12/2021, visando aumentar as Quantidades Diárias Contratuais – QDC para alinhar as retiradas de gás junto aos compromissos contratuais. O contrato firmado com a Petrobras foi aditado, prolongando sua vigência por mais 2 anos. Essa medida estava prevista nos contratos vigentes, mediante apresentação, por parte da Petrobras, de nova cláusula de preços de gás. Tendo em vista que a proposta de alteração de preço apresentou redução em relação à precificação vigente, as concessionárias optaram por ajustar suas quantidades contratuais e aditar o contrato. O contrato de suprimento de gás firmado com a Petrobras tem vigência até 31/12/2021.

**ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:**

Conforme contrato de concessão do serviço de distribuição de gás natural canalizado na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (área de concessão da CEG), as tarifas cobradas sofrem revisões quinquenais, por meio de procedimentos junto à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA.

Em **2018**, não se verificou grandes alterações no cenário econômico frente a 2017, mantendo-se uma recuperação da economia ainda bastante lenta. As vendas médias diárias totais de gás natural atingiram 11.515,80 m<sup>3</sup>/dia, apresentando uma redução -11,91%, frente a 2017, quando somaram 13.072,30 Mil m<sup>3</sup>/dia. Essa redução decorreu principalmente em razão da queda das vendas para geração elétrica (-19,33%), conforme decisão do governo de reduzir o acionamento de termelétricas no curso de 2018. As vendas para o segmento industrial tiveram um recuo de -4,11% frente ao ano anterior, reflexo da importante redução no número de clientes (-41) no ano. Dos dez principais setores atendidos neste segmento na área de concessão da empresa, apenas Fundição/Siderurgia e Metalurgia apresentaram aumento do consumo de gás natural. As vendas totais para o comércio também sofreram uma redução, e neste caso, de -5,80%, frente a 2017, apesar do aumento total do número de clientes nesse segmento. E isso porque embora a empresa tenha passado a atender a novos 284 pequenos comércios, deixou de atender clientes comerciais de grande porte. O segmento residencial manteve o mesmo volume de crescimento observado em 2017 com um incremento de 1,23% em 2018, resultado principalmente do aumento do número de clientes residenciais no ano (14.114). Destaque para as vendas do segmento GNV que em 2018 apresentaram um aumento de 8,14% frente a 2017, melhorando o resultado das vendas convencionais no ano. Além de uma tarifa mais competitiva, a partir de 2014, e a ligação de mais 6 novos postos, o frequente aumento dos demais combustíveis favoreceu este resultado. Além disso, a greve dos caminhoneiros, que durou 11 dias no final do mês de maio, causou a escassez dos demais combustíveis no Rio de Janeiro, naquele período, favorecendo as vendas e estimulando as conversões dos veículos para o GNV. O gás natural veicular é distribuído por rede de gasodutos e por isso não sofreu impacto de abastecimento pela ação da greve dos caminhoneiros. Nem mesmo os municípios atendidos por GNC deixaram de ser abastecidos pela empresa. Atualmente são abastecidos 465 postos de GNV na região metropolitana do Rio de Janeiro. A empresa atingiu, em 2018, o total de 954.631 clientes, passando a atender a mais 14.333 novos clientes de todos os seguimentos em sua área de concessão, o que representa um aumento de 1,52% frente a 2017, quando o total de clientes era de 940.298. Esse aumento é resultado do esforço na captação de novos clientes tanto nas áreas já consolidadas, onde a empresa já possui rede de gás natural canalizado, como através da expansão de sua rede. O aumento líquido do número de clientes se deu em maior parte no segmento residencial, com um total de 14.114 novos clientes, seguido pelo segmento comercial que passou a atender a mais 254 clientes em 2018. No ano, também se observou um acréscimo de postos de GNV, num total de 6 novos postos abastecidos. No mercado industrial a empresa deixou de atender a 41 clientes,



## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

reduzido o total de indústrias de 300, em 2017, para 259 em 2018, reflexo ainda da crise econômica enfrentada desde o final de 2014 e a crise financeira do estado do Rio de Janeiro.

Em **2019**, novamente não se verificou grandes alterações no cenário econômico frente a 2018, inclusive com a manutenção do PIB em 1,1%, como no ano anterior. Assim, não se verificou crescimento econômico não favorecendo o consumo de gás pelos mercados atendidos pela Companhia. Apenas o segmento GNV teve incremento nas vendas frente ao ano anterior. As vendas médias diárias totais de gás natural atingiram 10.319,1 Mil m<sup>3</sup>/dia, apresentando uma redução de -10,39%, frente a 2018. Essa redução decorreu principalmente em razão da queda das vendas para geração elétrica (-20,82%). Apesar desse cenário, a Companhia atuou na captação de clientes, que teve um incremento de 9.325 novos clientes na sua área de concessão. O Governo Federal criou o Programa do Novo Mercado de gás que vem ainda se desenhando. Com a criação desse novo programa no âmbito federal, tornam-se necessárias adequações das regulações estaduais às mudanças implementadas no programa. Desta forma, a Companhia vem acompanhando as modificações implantadas no âmbito do Governo do Estado, inclusive por atuação da agência reguladora estadual, a Agerensa. Neste contexto, a distribuidora tem atuado em conjunto com a agência reguladora, o Governo do Estado e outros atores do mercado carioca, visando possibilitar a abertura do mercado, de forma transparente, visando a garantia da segurança jurídica e o cumprimento do Contrato de Concessão. As principais regras que constam da regulamentação da AGENERSA são, dentre outras, a definição de critérios de enquadramento de agentes livres, procedimentos para aquisição de gás pela distribuidora por meio de chamamentos públicos e regras e formas de remuneração relacionadas gasodutos dedicados. A Deliberação da AGENERSA ainda está em fase de julgamento de embargos interpostos por todos os agentes do mercado, inclusive, pela distribuidora.

Em **2020**, no final do primeiro trimestre, o reconhecimento da pandemia causada pelo Coronavírus e as medidas adotadas para a contenção do contágio da doença impactaram significativamente a economia no Brasil e no mundo. A taxa básica de juros SELIC fechou o ano em 2,00% (nova mínima histórica). O IPCA aumentou de 4,31% em 2019 para 4,52%. O PIB sofreu uma retração de - 4,1%. A taxa média anual de desemprego subiu de 11,9% em 2019 para 13,5% em 2020. O resultado de todos esses indicadores impactou no endividamento das famílias e aumento do inadimplimento. O Governo do Estado do RJ determinou a suspensão do corte de fornecimento de gás, por inadimplência, durante o período de crise, exceto nos casos de emergência (como escapamento), pela necessidade de garantir a segurança da prestação do serviço. O Companhia realizou campanha de parcelamento de dívidas, possibilitando a quitação de débitos em até 12 parcelas. Em acordo com a Petrobras e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais do Rio de Janeiro, foi garantida a flexibilização dos contratos de compra de gás natural, permitindo que as indústrias pagassem somente pelo gás consumido e não pelos volumes contratados. Não houve cobrança de penalidades contratuais decorrentes da redução da demanda provocada pela Covid-19. Os setores mais afetados foram os de serviços e comércio, com o fechamento de estabelecimentos. Nesse cenário de recessão econômica, as vendas médias diárias totais de gás natural da Companhia atingiram 8.647,8 Mil m<sup>3</sup>/dia, apresentando uma redução de -16,2%, frente a 2019, quando somaram 10.319,1 Mil m<sup>3</sup>/dia. O mercado convencional foi afetado apresentando redução de 12,2% das vendas frente a 2019. Essa redução foi puxada principalmente pela queda das vendas para os segmentos comercial (-33,2%) e GNV (-16,8%). Contudo, devido ao isolamento social, restrições de circulação de pessoas em vias públicas e adoção do sistema de trabalho em home office por um grande número de empresas, o mercado residencial apresentou aumento de 9,4% nas vendas frente a 2019. Mas, a maior queda das vendas foi para a Geração Elétrica (-19,3%), devido a menor demanda de energia em função da redução da atividade econômica impactada pela pandemia. Até o final de 2020 a Agência Reguladora ainda não tinha julgado os embargos interpostos por todos os agentes do mercado com relação as novas regras sobre a abertura do mercado de gás. A Agência também não tinha concluído a 4ª. Revisão Quinquenal de Tarifas para fixação das tarifas da Companhia relativas ao ciclo 2018-2022. Somente em 10 de março de 2021 o processo da revisão tarifária foi julgado, sendo determinada pela Agência a redução de 13,47% das margens de distribuição da Companhia, por meio da publicação da Deliberação 4.198/2021 no dia 24 de março. Contudo, no dia 25 de março a Companhia foi Oficiada pela Agência que comunicou sobre a suspensão dos efeitos da Deliberação 4.198/2021, a qual, de toda forma, ainda é passível de recurso administrativo e também na via judicial.

**b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:**

Toda a variação ocorrida é informada no item seguinte, destacando-se que não houve introdução de novos produtos e serviços pela companhia.

**c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante**

Em **2018**, com a lenta recuperação da atividade econômica e com os sinais consistentes do controle e da redução da inflação, o Banco Central manteve a política monetária de redução da taxa Selic, passando a taxa de 7,00% para 6,50%,

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

em 2018. Embora a empresa tenha reduzido os custos com a dívida, foi necessário registrar, ao longo de 2018, contingências de processos judiciais que impactaram o resultado. Assim, o resultado financeiro apresentou, em 2018, o valor negativo de R\$ 161.778 mil, frente ao valor negativo de R\$ 106.443 em 2017.

Em **2019**, com a discreta retomada da atividade econômica e com os sinais consistentes do controle da inflação, o Banco Central manteve a política monetária de redução da taxa Selic, passando a taxa de 6,50% para 4,50%, em 2019. Assim, a Companhia apresentou em 2019 um menor custo financeiro impactado principalmente pela redução da taxa Selic. O resultado financeiro apresentou, em 2019, o valor negativo de R\$ 51.374, frente ao valor de R\$ 182.455 em 2018. O endividamento da empresa, que era de 37% em 2018, passou para 52%, em 2019 principalmente em razão da aprovação da reversão de parte das reservas em dividendos adicionais, favorecendo a remuneração dos acionistas, sem impactar de forma relevante a gestão do endividamento.

Em **2020**, o Banco Central manteve a política monetária de redução da taxa Selic, que foi reduzida de 4,50% para 2,00%, permanecendo no novo patamar mínimo histórico até o final do ano. Novamente o custo financeiro da Companhia foi beneficiado pela redução do índice. O resultado financeiro apresentou, em 2020, o valor negativo de R\$ 90.491 (expurgado o JCP), frente ao valor de R\$ 51.374 em 2019. O endividamento da empresa passou para 50%, em 2020. Apesar do cenário adverso atravessado no ano, impactado pelos efeitos da pandemia, a Companhia adotou medidas conservadoras visando a proteção do caixa, com a captação de recursos e a renovação de linhas de crédito que tinham vencimento no curso de 2020. Neste sentido, a Companhia não enfrentou dificuldades em função de sua solidez e da boa classificação de risco avaliada pelo mercado.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****10. Comentários dos diretores**

**10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Nos últimos três exercícios, não houve introdução ou alienação de segmento operacional pela Companhia.

**b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Nos últimos três exercícios, não houve alteração no quadro acionário da Companhia, não sendo realizada nenhuma das operações indicadas neste item.

**c. eventos ou operações não usuais**

Nos últimos três exercícios, não houve eventos ou operações não usuais.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****10. Comentários dos diretores****10.4 Os diretores devem comentar:****a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

A seguir indicamos a alteração da norma que foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

**Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios**

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

**Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência**

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que esta não possui relações de hedge de taxas de juros.

**Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material**

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras e nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

**Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**

A pronunciação revisado alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

**Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento**

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

**b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Eventuais efeitos estão descritos no item anterior.

**c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Não houve ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores independentes nos últimos três exercícios.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****10. Comentários dos diretores**

**10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

**a) Reconhecimento da receita de venda de gás não faturada**

Para a mensuração da receita pela venda de gás não faturada são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 7, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$130.888 (R\$202.933 em 31 de dezembro de 2019).

**b) Provisão para perdas de crédito esperadas**

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.

**c) Provisão para contingência**

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

**d) Benefícios de planos de pensão**

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo esses mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

**10. Comentários dos diretores**

**10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv. contratos de construção não terminada; v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos;**

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, não se aplicando à Companhia as hipóteses descritas nesse item.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****10. Comentários dos diretores**

**10.7** Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar: (a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor; b. natureza e o propósito da operação; c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

**10. Comentários dos diretores**

**10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. investimentos, incluindo:****i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Pela própria natureza da atividade de uma distribuidora de gás, os investimentos são contínuos e consistem basicamente na massificação da utilização do gás natural dentro do perímetro da concessão (expansão e renovação de rede de gás natural canalizado, na área de concessão determinada no Contrato de Concessão firmado com o Estado do Rio de Janeiro).

**Em 2018**, o ritmo dos investimentos operacionais sofreu uma desaceleração (-43,82%) frente a 2017, considerando que até dezembro ainda estava em curso o processo de Revisão Tarifária para o quinquênio 2018-2022, por meio do qual ainda estava pendente a definição do volume de investimentos a ser realizado nos próximos 04 anos. Desta forma, foram investidos R\$ 70.294 mil na renovação de redes de gás canalizado locais em 2018, um montante de -42,53% frente a 2017. Na expansão da rede foram investidos R\$ 71.202 mil, valor -34,94% inferior ao investido em 2017. A empresa também reduziu, em 30%, frente a 2017, seus investimentos em TI, Frota e Instalações, somando em 2018 um total de R\$ 12.603 mil.

**Em 2019**, ainda continuava em curso o processo de Revisão Tarifária para o quinquênio 2018-2022, por meio do qual a Agência Reguladora deve definir o volume de investimentos que a empresa deve realizar no quinquênio 2018-2022. Assim, no ano foi investido um total de R\$ 160.520 mil, garantindo a manutenção necessária à segurança da rede de distribuição. Frente a 2018, o volume de investimentos foi 4,2% superior. A maior parte desses investimentos, no montante de R\$ 85.367 mil, foi destinada a Conservação e Renovação de Redes. O volume destinado a Expansão das redes correspondeu a R\$ 55.891 mil.

**Em 2020**, o processo de Revisão Tarifária para o quinquênio 2018-2022 ainda não havia sido concluído, o que ocorreu somente no início de 2021. Na maior parte do ano de 2020, por conta da pandemia causada pela Covid19, foi inevitável a redução do volume de obras. Assim, a Companhia priorizou as obras para manutenção e conservação das redes, visando sobretudo garantir a segurança na distribuição de gás, que é um dos mais importantes e essenciais compromissos assumidos na prestação de seu serviço. Desta forma, a maior parte (quase 60%) dos investimentos realizados no ano, no montante de R\$ 83.842 mil, foi destinada justamente à Conservação e Renovação de Redes. As obras indispensáveis realizadas, mesmo durante a pandemia, adotaram medidas sanitárias e de segurança necessárias, relativas ao isolamento e distanciamento social, cujas regras foram impostas pelo governo, sobretudo nas esferas municipal e estadual. Os investimentos na Expansão da rede de gás sofreram maior impacto com essa inevitável diminuição no volume de obras ao longo do ano. O montante investido com este objetivo correspondeu a R\$ 43.876 mil, resultando numa diminuição de -21,5% frente a 2019. A empresa investiu em 2020 um total de R\$ 143,1 mil, montante 11% inferior ao total investido em 2019.

Investimentos (R\$ Mil)	2020	2019	Variação %
<b>Expansão</b>	43.876	55.891	-21,5
<b>Renovação</b>	83.842	85.367	-1,79
<b>Outros Investimentos*</b>	15.382	19.262	-20,14
<b>Total</b>	143.100	160.520	-10,85

\*Tecnologia da Informação/Frota/Instalações/Outros

**ii. fontes de financiamento dos investimentos**

Geração de caixa da Companhia, financiamento junto a instituições multilaterais de crédito ou captação de recursos junto à bancos comerciais.

**iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Nos últimos três exercícios sociais não houve desinvestimentos.

**b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**



## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Os investimentos anuais previstos para expansão de rede (massificação da utilização do gás natural dentro do perímetro da concessão) englobam a aquisição de equipamentos, tubulações e outros ativos diretamente relacionados à atividade da Companhia, visando a ampliação da capacidade produtiva.

- c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

## **10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **10. Comentários dos diretores**

**10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

Não há outros fatores que tenham influenciado de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção